



BS

Boletim Oficial de
Atos Administrativos

Boletim de Serviço

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANO XXII - Nº 5060

TERÇA-FEIRA

31 DE MAIO DE 2011

RESOLUÇÕES

CONSELHO DE ENSINO E GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 90, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 23104.001929/2010-73, resolve, ad referendum:

Art. 1º Aprovar Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública na modalidade à distância da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Em respeito às normas superiores pertinentes à integralização curricular, o referido Curso obedecerá aos seguintes indicativos:

I - tempo útil:

- a) tempo útil CNE: 3.000 horas; e
- b) tempo útil UFMS: 3.000 horas.

II - número de anos/semestres:

- a) mínimo CNE: 4 anos;
- b) mínimo UFMS: 8 semestres;
- c) máximo CNE: não definido; e
- d) máximo UFMS: 12 semestres.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com os seus desde o ano letivo de 2010.

Henrique Mongelli

1 INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS):

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul, do então Estado de Mato Grosso.

Em 26.07.1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT).

Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05.07.1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Além da sede na Cidade Universitária de Campo Grande, em que funcionam oito unidades setoriais: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), Faculdade de Odontologia (Faodo), Faculdade de Computação (Facom) e Faculdade de Direito (Fadir); a UFMS mantém unidades setoriais nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais pólos de desenvolvimento do Estado.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e à distância. Os cursos de pós-graduação englobam as especializações e os programas de mestrado e doutorado.

Visando atingir os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos recursos naturais do meio ambiente de Mato Grosso do Sul, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida.

O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 01.01.2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29.07.2005.

1.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA:

O ensino a distância teve seu início em 1996, na UFMS, com o Grupo de Apoio ao Ensino de Ciências e Matemática no 1º Grau (Gaecim), constituído por professores dos departamentos de Ciências Humanas (DCH/CCHS), Educação (DED/CCHS), Matemática (DMT/CCET), Física (DFI/CCET) e Química (DQI/CCET). Mais tarde, o Departamento de Biologia (DBI/CCBS) incorporou-se ao Gaecim.

O Gaecim, na época, tinha como objetivo criar na UFMS um grupo interdisciplinar de apoio ao professor atuante na rede pública de Mato Grosso do Sul, de forma a qualificá-lo à distância nas áreas de ciências e matemática.

A partir de 2000, a UFMS passa a compor o consórcio de universidades, a Unirede, congregando 69 universidades públicas brasileiras (IPES), tendo por objetivo democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância. Por meio da utilização e otimização de recursos humanos, tec-

cológicos, materiais e de infraestrutura física, potencializar o acesso ao ensino público universitário, bem como contribuir para o aprimoramento do processo de ensino / aprendizagem nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura, em todos os seus níveis e modalidades praticadas nessas IPES, tornando-as disponíveis por meios interativos.

Em abril de 2000, tiveram início os estudos para implementação de programas de educação aberta e a distância (EAD). A Portaria nº 180, RTR, de 10.05.2000, constitui o grupo Temático de Educação a Distância da UFMS. Pela Portaria nº 332, RTR, de 14.08.2000, foi criada a Assessoria de Educação Aberta e a Distância, vinculada à Reitoria (RTR).

Em seguida, dada a relevância do trabalho desenvolvido pela Assessoria, ela foi transformada em Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CED), pela Portaria nº 554/2000, RTR, de 04.12.2000, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Preg). Em 2005, com a reformulação do Regimento Interno da UFMS a CED passou a ser vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, uma vez que se entendeu que ela desenvolve ações de extensão, graduação, pós-graduação atendendo as diversas áreas do conhecimento.

No ano de 2001 a UFMS, através da Portaria nº 2113 de 10 de setembro de 2001, do Ministério da Educação, foi credenciada para o oferecimento de Cursos de Graduação e Pós-Graduação a Distância. Para isto apresentou-se os projetos de Curso de Pedagogia - Licenciatura Plena - Habilitação em Formação de Profes-

sores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o curso de Especialização "Orientação Pedagógica em Educação a Distância".

Quando do credenciamento a UFMS possuía somente o Pólo de Bela Vista, posteriormente, houve solicitação das secretarias de educação dos municípios de Coronel Sapucaia, Camapuã e São Gabriel do Oeste, interessadas em firmar convênios com a Universidade, visando à capacitação de seus professores na modalidade de educação a distância. A UFMS, para atendê-las, aprovou o aumento de vagas, passando de oitenta para quatrocentas vagas anuais.

Atualmente a UFMS possui parceria para oferecimento de cursos de Graduação, formação continuada e pós-graduação, nos municípios de: Água Clara, Camapuã, Chapadão do Sul, Coronel Sapucaia, Paranhos, Porto Murtinho, Nova Andradina, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste.

A UFMS, cumprindo um de seus papéis sociais de disseminação do saber e interiorização das suas ações, propôs-se a oferecer os cursos de graduação em Pedagogia, habilitação Educação Infantil e Biologia, financiados pelo MEC e objeto dos Consórcios Proformar e Setentrional, respectivamente.

Atendendo a demanda do estado foram oferecidos os seguintes cursos de especialização: Orientação Pedagógica em Educação a Distância <http://www.ead.ufms.br/ambiente/cursos/pos_graduacao/opead/index.html> (oferecido também para a capacitação dos tutores dos Cursos oferecidos na modalidade Educação a Distância pela UFMS), Tópicos Avançados em Telecomunicações <http://www.ead.ufms.br/ambiente/cursos/pos_graduacao/telcom/index.html>, este dois últimos em parceria com o Departamento de Engenharia Elétrica e tendo como público alvo engenheiros e áreas afins.

Para fazer face às necessidades de formação continuada dos professores, a UFMS reorganizou o Programa de Integração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com o Ensino Básico - Interiorização, sendo então oferecido também na modalidade educação a distância sendo oferecidos os seguintes cursos:

- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Rural;
- Educação Indígena Guarani/Kaiowá;
- Produção e utilização de Materiais Didáticos para o Ensino de Matemática;
- O Ensino de Física através do uso de novas tecnologias;
- Meio Ambiente;
- Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica;
- Produção e utilização de Materiais Didáticos para o Ensino de Geografia;
- Produção e utilização de Materiais Didáticos para o Ensino de Artes;
- Produção e utilização de Materiais Didáticos para o Ensino de História;
- Produção e utilização de Materiais Didáticos para o Ensino de Ciências.

A UFMS criou, também um programa para atendimento do pessoal da área de saúde denominado Programa de Saúde Educação, sendo oferecidos cursos para médicos, enfermeiros e profissionais da área de saúde em geral, assim como foram desenvolvidas campanhas de esclarecimentos junto à população. Para dar seguimento às ações desse programa contou-se com a participação ativa dos estudantes dos diversos cursos da área de saúde da UFMS.

Ainda no intuito de capacitação, formação continuada, foram oferecidos os seguintes cursos: Criação e Produção de Vídeo <<http://www.ead.ufms.br/ambiente/cursos/extensao/criprovid/index.html>>; Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais <<http://>

BOLETIM DE SERVIÇO

DIÁRIO OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitora: **Célia Maria Silva Correa Oliveira**
 Vice-reitor: **João Ricardo Filgueiras Tognini**
 Pró-reitor de Administração
Júlio Cesar Gonçalves
 Pró-reitora de Planejamento
Marize Terezinha Lopes Pereira Peres
 Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação
Dercir Pedro de Oliveira
 Pró-reitor de Ensino de Graduação
Henrique Mongelli
 Pró-reitor de Extensão e Assuntos Estudantis
Thelma Lucchese Cheung
 Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Edna Scremin Dias
 Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Amâncio Rodrigues da Silva Júnior
 Diretora do Centro de Ciências Humanas e Sociais
Elcia Esnarriaga de Arruda
 Diretor do *Campus* de Aquidauana
Antonio Firmino de Oliveira Neto
 Diretor do *Campus* de Bonito
Noslin de Paula Almeida
 Diretor do *Campus* de Chapadão do Sul
Gustavo Theodoro Faria
 Diretor do *Campus* de Coxim
Gedson Faria
 Diretor do *Campus* de Navirai
Josiane Peres Gonçalves
 Diretor do *Campus* de Nova Andradina
Marcelino de Andrade Gonçalves
 Diretor do *Campus* do Pantanal
Wilson Ferreira de Melo
 Diretora do *Campus* de Paranaíba
Eliana da Mota Bordin de Sales
 Diretor do *Campus* de Ponta Porã
Amaury Antonio de Castro
 Diretor do *Campus* de Três Lagoas
José Antonio Menoni
 Edição, Editoração e Impressão
Editora UFMS/RTR
 Divulgação via Intranet/Internet
Núcleo de Informatica/RTR

www.ead.ufms.br/ambiente/cursos/extensao/deshabger/index.html>; Turismo e Hotelaria <<http://www.ead.ufms.br/ambiente/cursos/extensao/turhot/index.html>>, Educação Infantil, Formando Orientadores para a Utilização das Tecnologias na Educação <<http://www.ead.ufms.br/ambiente/cursos/extensao/orientadores/index.html>>; Educação Especial <<http://www.ead.ufms.br/ambiente/cursos/extensao/eduesp/index.html>>; este último, dada a relevância do tema para a inclusão no ano de 2005, foram inscritos 2.500 cursistas.

Entende-se que uma das características da modalidade educação a distância é a flexibilização, pois, acredita-se que ela possibilitará o atendimento de uma parcela excluída dos cursos superiores. Esta exclusão, muitas vezes se dá pela falta de instituições que ofereçam educação de nível superior no município ou região onde os interessados residem, bem como a falta de condições para o deslocamento para os outros centros.

O Ministério de Educação (MEC), em 2005, com a finalidade de atender à demanda das empresas estatais em termos de qualificação dos seus funcionários, propôs em parceria com outras Ipes e apoio do Banco Brasil, a criação de um curso de Graduação em Administração, na modalidade a distância.

Dentre essas instituições, encontra-se a UFMS, em razão da sua vocação de interiorização do ensino superior e experiência na educação a distância. A opção por essa modalidade se deve não só à necessidade de se atender estudantes residentes em regiões que não possuem instituições de ensino superior, mas, também, profissionais em serviço que necessitam formação em nível universitário em horário especial.

O curso de administração é um dos escolhidos tendo-se em vista a sua importância pela formação de agentes de mudança, sobretudo no processo de desenvolvimento socioeconômico do país.

As IPES - 18 federais e 7 estaduais - que participam do oferecimento do curso de administração possuem experiência em EAD, o que lhes possibilitam proceder à adequação necessária às especificidades de cada uma em termos de infraestrutura, de sistema de educação a distância, incluindo-se aí o material didático, os ambientes de aprendizagem, o sistema de tutoria e a avaliação.

Em 2006, a UFMS faz a seleção dos candidatos por meio de processo seletivo classificatório especial, com a proporção para a divisão de vagas considerando o percentual de 50% destinado a candidato da demanda interna do Banco do Brasil e 50% destinado à demanda externa. Desta forma, ao propor o Curso de Graduação em Administração - Modalidade a Distância, a UFMS estará contribuindo para suprir parte das deficiências, o que resultará na formação e qualificação de uma parcela mais pobre da população.

O currículo do curso de Graduação em Administração na modalidade a distância tem como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente, que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios. Esse currículo pressupõe que o estudante tenha um instrumento próprio de aprendizagem, possuindo um método ou design para organizar os conteúdos e aprendê-los, organizar sua própria aprendizagem, recorrendo a múltiplas vias e fontes de saber, sendo capaz de empregar, adequadamente, o potencial educativo da comunidade onde está inserido.

A Educação a Distância é compreendida no interior da UFMS como uma possibilidade na luta pela democracia social. Diante disso, a integração e articulação da EAD ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) deve ser uma prioridade na UFMS.

Embora as tarefas de construção da democracia impliquem outras dimensões e instâncias sociais, a educação, sem dúvida, é uma das possibilidades para a formação de cidadãos críticos e de profissionais competentes que o País, no contexto da mundialização, está a exigir,

principalmente em termos do processo de transformações científico-tecnológicas e da reorientação ético-valorativa da sociedade.

A educação a distância não deve ser vista, por esta razão, conforme Neder (1999) reduzida a questões metodológicas ou como possibilidade apenas de emprego de novas tecnologias na prática educativa.

Se pensarmos a educação escolar, seguindo Neder (2001), na perspectiva de sua inserção numa trama ampla de relações sociais e se entendermos que ela pode se constituir uma importante teia de ações significativas, na busca de relações sociais mais equitativas e justas, a EAD apresenta-se como possibilidade de ampliação dessas teias e, por conseguinte, de produção e criação de sentidos e de significações que concorram para a subversão dos significados e representações que têm alijado cidadãos de participação e construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

A EAD se coloca, ainda, como uma possibilidade, continuando com Neder, de instauração de novas relações paradigmáticas nas instituições educacionais, principalmente em termos de algumas questões como tempo-espaço, por exemplo, que, engendradas pela lógica do pensamento modernista, que a concebe como único projeto civilizatório impõem racionalidades estabelecidas em torno de relações autoritárias e assimétricas.

A escola, como instituição social, traz em si marcas e características peculiares que a concretizam num tempo e espaço também peculiares. Embora essas peculiaridades determinem diferenças de uma escola para outra, há traços e características que permitem referências universais a esta instituição. Dentre essas referências colocam-se o tempo e o espaço escolar. Fundada através de princípios da modernidade, a escola brasileira em sua generalidade tem uma estrutura temporal convencional.

A educação a distância que, paradoxalmente, impõe interlocução permanente e, portanto, proximidade pelo diálogo, traz a possibilidade de uma adoção de tempo oposto à lógica do tempo da modernidade, em direção a um tempo da escola que permita, acompanhando Passos (1998:458), “a desconstituição da seriação, o que implicaria a dispensa de classificações, o fim do etapismo, da hierarquia, da pressuposta superioridade intrínseca de um tempo único, que negando alteridades, se põe como o melhor”.

A modalidade da educação a distância permite, segundo Neder (1996), um maior respeito aos ritmos pessoais, na medida em que, suplantando um modelo de fluxo linear, possibilita uma dimensão cíclica com um ir e vir, um retomar, um rever, um refazer, aberto aos acontecimentos produzidos por sujeitos culturais, na circunstancialidade de seus tempos-espaços próprios e, portanto, diversos. A escolha dessa modalidade se coaduna com os eixos curriculares propostos no curso: historicidade, construção e diversidade e, juntamente com todos os outros elementos do currículo já explicitados contribui para um programa de formação de um profissional que se inclui num projeto político de busca da transformação social.

Especificamente, o curso de Administração Pública - EAD está planejado para ser ofertado em Pólos de Apoio Presencial (PAP) da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Capes/MEC. Em MS há 15 pólos autorizados pela Seed/MEC onde poderão ser oferecidos cursos a distância UAB pela IES públicas. O curso presente será oferecido nesses pólos.

1.3 HISTÓRICO DO CURSO:

O Curso Bacharelado em Administração Pública está fundamentado na própria origem dos cursos de Administração no Brasil, acompanhando o entendimento do Parecer nº 307, Sesu/MEC, de 8 de julho de 1966 que aprovou a convergência entre a administração empresarial e a administração pública por razões sociais, econômicas e pragmáticas.

Historicamente, o ensino de Administração iniciou no Brasil em 1941 com a criação do primeiro curso na Escola Superior de Administração de Negócios - Esan/SP, inspirado no modelo do curso da Graduate School of Business Administration, da Universidade de Harvard. Em 1946 a Universidade de São Paulo (USP) criou a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e em 1952 foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas - Ebape/FGV, no Rio de Janeiro.

A Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo - Eaesp, vinculada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi criada em 1954. Com ela, surgiu o primeiro currículo especializado em Administração objetivando formar especialistas em técnicas modernas de Administração. Este currículo foi uma referência para os outros cursos que surgiram no país. A partir da década de 1960 - A FGV passa a ministrar cursos de Pós-Graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas. No ano de 1963 a FEA/USP passou a oferecer cursos de Administração de Empresas e Administração Pública.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (Pnap), constituído no âmbito da UAB/Capes/MEC, foi concebido a partir do entendimento entre o MEC e o Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento (Escola Nacional de Administração Pública - Enap), o Ministério da Fazenda (Escola de Administração Fazendária - Esaf) e 25 Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), sendo que a UFMS participou da Comissão Central. É importante salientar que os cursos do Pnap serão oferecidos por 71 Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) em todo o território nacional. Nesse sentido, percebe-se um grande esforço político voltado à formação e atualização de gestores públicos em todo o país.

O Curso de Administração Pública será ofertado na modalidade a distância. É importante compreender que a Educação a Distância (EAD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EAD) e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EAD.

Cabe esclarecer que nesse projeto não estão definidos os aspectos procedimentais para as Ipes, no que diz respeito ao modelo de gestão e de organização do curso. Isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que está acenado aqui são os aspectos gerais sobre a modalidade de EAD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para que seja garantida a qualidade na formação profissional dos estudantes deste curso.

1.4 NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO:

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

2 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender e da Administração Pública.

O paradigma positivista precisa ser substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações. No campo da Administração fala-se de pró-atividade, de empowerment, de fidelização, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EAD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EAD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores - sujeitos ativos na implementação de tal Projeto - de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer), do editor ao artista gráfico (web designer), etc.

Por isso, a modalidade de EAD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico. A seguir serão apresentadas informações sobre a coordenação do curso, a organização acadêmica-administrativa e as ações de apoio ao discente.

2.1 COORDENAÇÃO DO CURSO:

A Coordenação do Curso de Administração Pública a distância é representada pelo Coordenador do Curso, sendo este professor com formação específica na área e pós-graduação stricto sensu, responsável pela organização, planejamento e atividades administrativas do curso.

O Coordenador de Curso tem como atribuições a participação, junto à Pró-Reitoria competente e a Coordenação Geral da CED/RTR, da elaboração da programação acadêmica, do calendário escolar e do horário das aulas, compatibilizando-os com a lista de oferta de disciplinas e/ou módulos. A este compete ainda a elabo-

ração de estudos necessários à compatibilização dos programas, cargas horárias e planos de ensino das disciplinas e/ou módulos componentes da estrutura curricular, com o perfil do profissional objetivado, de acordo com o projeto pedagógico do curso.

É também atribuição do Coordenador acompanhar a execução do currículo quanto às diretrizes do Colegiado de Curso e objetivos do curso, avaliando e verificando as relações entre as diversas disciplinas, orientando e propondo as medidas cabíveis.

O Coordenador de Curso é responsável por acompanhar a execução das normas e procedimentos referentes ao aproveitamento escolar, emitindo parecer ao colegiado quanto aos respectivos resultados; assessorar os órgãos competentes em assuntos de administração acadêmica, referentes ao curso na modalidade a distância; assessorar os Chefes dos Departamentos que oferecem disciplinas ao curso, bem como os respectivos professores, na execução das diretrizes e normas emitidas pelo Colegiado de Curso; coordenar a elaboração do projeto pedagógico do Curso, bem como a sua atualização, garantindo o envolvimento dos docentes, discentes, egressos do curso e, ainda, das entidades ligadas às atividades profissionais; apresentar sugestões às Pró-Reitorias pertinentes à área acadêmica sobre assuntos de sua natureza que tenham por finalidade a melhoria da qualidade do ensino, das relações entre as comunidades envolvidas, do aprimoramento das normas e outras de interesse comum; e analisar os projetos de ensino de acordo com as normas pertinentes, aprovadas pelo Órgão Colegiado Superior competente.

O Coordenador do Curso de Administração Pública é responsável pela presidência do Colegiado de Curso, e ele deve acompanhar a execução das normas e procedimentos referentes ao aproveitamento escolar, emitindo parecer ao colegiado quanto aos respectivos resultados.

Com relação ao corpo discente, o Coordenador do Curso é o responsável por orientar os discentes quanto aos direitos e deveres dos acadêmicos, tais como: adaptação curricular, trancamento de matrícula, opções, dispensa de disciplinas e outros; coordenar a matrícula dos alunos de seu curso, em colaboração com o órgão responsável pela matrícula; e executar mecanismos de aferição do rendimento escolar, estabelecidos pelo Colegiado de Curso.

2.2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA:

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EAD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública. Quanto às funções

específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos; e

- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- A estrutura organizativa: composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

- A comunicação: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.

- O trabalho cooperativo: é fruto de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

No curso atuará uma equipe multidisciplinar composta pelo corpo docente, tutores, e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso, conforme resolução nº 30/2008 Preg/UFMS. A capacitação dos profissionais envolvidos nesta equipe ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

I - Produção dos Materiais

II - Formação de Tutores

III - Capacitação em Gestão de Educação a Distância - Curso para capacitação do pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material auto instrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.

IV - Formação de pessoal Técnico/Administrativo - Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

É importante frisar que, além da equipe multidisciplinar os estudantes terão apoio técnico por meio da Secretaria do Curso de Administrativa, responsável pelo controle e armazenamento das informações acadêmicas e pedagógicas. Os discentes contarão ainda com o apoio da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância para emissão de histórico escolar, declaração de atestado de matrícula, certidão de conclusão de curso, 2ª via do diploma de graduação e ementa e/ou conteúdo programático.

2.3 ATENÇÃO AOS DISCENTES:

UFMS presta assistência ao corpo discente, sem que haja prejuízo de suas responsabilidades com os demais membros da comunidade. A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis estabelecerá a política institucional de apoio ao estudante.

3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

3.1 NOME DO CURSO: Bacharelado em Administração Pública.

3.2 TIPO DE CURSO:

3.3 TÍTULO ACADÊMICO CONFERIDO: Bacharel em Administração Pública.

3.4 MODALIDADE DE ENSINO: A distância.

3.5 REGIME DE MATRÍCULA: Sistema Semestral de Matrícula por Disciplinas dos Cursos de Graduação.

3.6 TEMPO DE DURAÇÃO (EM ANOS):

a) mínimo CNE: 4 anos;

b) máximo CNE: indefinido;

c) mínimo UFMS: 8 semestres;

d) máximo UFMS: 12 semestres.

3.7 CARGA HORÁRIA MÍNIMA:

a) CNE: 3.000 horas;

b) UFMS: 3.000 horas.

3.8 NÚMERO DE VAGAS: 450 vagas.

3.9 NÚMERO DE TURMAS: No estado de Mato Grosso do Sul 15 pólos de cursos a distância UAB pela IES públicas autorizados pela Seed/MEC. O curso presente será oferecido nesses pólos. As turmas se concentrarão nos Pólos de Bataguassu, Costa Rica, Rio Brillhante, São Gabriel e Porto Murtinho.

3.10 TURNO DE FUNCIONAMENTO: As aulas acontecerão em finais de semanas em sextas-feiras, sábados e domingos, caso necessário. Atividades como chats, bate-papos e atividades poderão ocorrer em qualquer dia da semana conforme estabelecido no calendário acadêmico do curso, preferencialmente no período noturno.

3.11 LOCAL DE FUNCIONAMENTO: O curso ocorrerá nos Pólos de Apoio Presencial do curso em Mato Grosso do Sul, da UFMS.

3.12 FORMAS DE INGRESSO: A forma de ingresso será por meio de processo seletivo estabelecido em edital da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

4 CONCEPÇÃO DO CURSO

4.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA:

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração:

I - Conteúdos de Formação Básica - relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.

II - Conteúdos de Formação Profissional - relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias - abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

IV - Conteúdos de Formação Complementar - estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Introdução a EAD; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração <<http://www.admpb.uab.ufsc.br/moodle/course/view.php?id=10>>; Libras; Seminário Integrador, Seminários Temáticos e Estágio Não-Obrigatório.

As disciplinas Eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

I - Transversalidade - Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.

II - Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino - envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

III - Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - que consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integra-

rão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura/CPNV tem como base a seguinte legislação:

- Lei no 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

- Resolução nº 31, Coun, de 19.08.2003, que dá conhecimento à comunidade universitária do Estatuto da UFMS, aprovado pela Portaria nº 1.686, MEC, de 03.07.2003;

- Resolução nº 55*, Coun, de 30.08.2004, que aprova o Regimento Geral da UFMS;

- Resolução nº 93, Caen, de 18.06.2003, que aprova as orientações para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso;

- Resolução no 170/2000, Caen, que aprova o Regulamento do Sistema de Matrícula por série para os cursos de graduação da UFMS;

- Lei no 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);

Resolução nº 17, CNE/CES, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais, entre outros;

Parecer nº 492/2001, CNE/CES, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais, entre outros;

Resolução nº 01, CNE, de 18 de fevereiro de 2002, e Resolução nº 02, de 19 de fevereiro de 2002, as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores - Licenciatura.

- Resolução no 166, Coeg, de 13.10.2009, que aprova a reformulação das regras de transição entre o regime de matrículas por série e o regime de matrículas por disciplinas para os cursos de graduação da UFMS.

- Decreto nº 5626, de 24.04.2002, Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- A Resolução nº 107/2010, Coeg, que aprova o Regulamento de Estágio na UFMS (irá substituir a 155/2009);

- Resolução nº 104, Coun, de 16.06.2010, Aprova o Regulamento de Exercícios Domiciliares para acadêmicos dos cursos de graduação da UFMS.

- Resolução nº 107, Coun, de 16.06.2010, Aprova o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos cursos de graduação, presenciais, da UFMS.

4.3 OBJETIVOS:

4.3.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

4.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do curso são:

I - Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.

II - Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.

III - Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.

IV - Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.

V - Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.

VI - Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.

VII - Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

4.4 PERFIL DESEJADO DO EGRESSO:

O curso de Administração da UFMS está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

4.5 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS:

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

I - Atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

II - Compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em

um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;

III - Empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;

IV - Expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

V - Promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

VI - Liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;

VII - Adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;

VIII - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

IX - Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

X - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e

XI - Elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

5 CURRÍCULO

5.1 ESTRUTURA CURRICULAR (MATRIZ CURRICULAR): ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010

| Conteúdos de Formação Básica | | | | |
|------------------------------------|---|-------|-------|-------------------|
| Nº | Disciplina | Nº CR | C. H. | Natureza |
| 1 | Auditoria e Controladoria | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 2 | Ciência Política | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 3 | Contabilidade Geral | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 4 | Contabilidade Pública | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 5 | Direito Administrativo | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 6 | Economia Brasileira | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 7 | Filosofia e Ética | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 8 | Instituições de Direito Público e Privado | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 9 | Introdução à Economia | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 10 | Legislação Tributária e Comercial | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 11 | Macroeconomia | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 12 | Políticas Públicas e Sociedade | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 13 | Psicologia Organizacional | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 14 | Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 15 | Sociologia Organizacional | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| Conteúdos de Formação Profissional | | | | |
| Nº | Disciplina | Nº CR | C. H. | Natureza |
| 16 | Administração Estratégica | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 17 | Elaboração e Gestão de Projetos | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 18 | Gestão da Regulação | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 19 | Gestão de Operações e Logística I | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 20 | Gestão de Operações e Logística II | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 21 | Gestão de Pessoas no Setor Público | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 22 | Negociação e Arbitragem | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 23 | Orçamento Público | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 24 | Planejamento e Programação na Administração Pública | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 25 | Organização, Processos e Tomada de Decisão | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 26 | Matemática Financeira e Análise de Investimentos | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 27 | Tecnologia e Inovação | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 28 | Teoria das Finanças Públicas | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 29 | Teorias da Administração I | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 30 | Teorias da Administração II | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 31 | Teorias da Administração Pública | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |

| Conteúdos de Estudos Quantitativos e Suas Tecnologias | | | | |
|---|--|-------|-------|-------------------|
| Nº | Disciplina | Nº CR | C. H. | Natureza |
| 32 | Estatística Aplicada à Administração | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 33 | Matemática para Administradores | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| Conteúdos de Formação Complementar Obrigatória | | | | |
| Nº | Disciplina | Nº CR | C. H. | Natureza |
| 34 | Gestão Ambiental e Sustentabilidade | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 35 | Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 36 | Relações Internacionais | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 37 | Atividades Complementares I | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 38 | Atividades Complementares II | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 39 | Seminário Temático I | 4 | 60 | Geral Obrigatória |
| 40 | Seminário Temático II | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 41 | Seminário Temático III | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 42 | Seminário Temático IV | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 43 | Seminário Temático V | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 44 | Seminário Temático VI | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 45 | Seminário Temático VII | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| Formação Complementar | | | | |
| Nº | Disciplina | Nº CR | C. H. | Natureza |
| 46 | Libras | 4 | 60 | Geral Optativa |
| 47 | Redação Oficial | 4 | 60 | Geral Optativa |
| Eletivas | | | | |
| Nº | Disciplina | Nº CR | C. H. | Natureza |
| 48 | Introdução a EAD | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 49 | Tópicos Especiais I | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |
| 50 | Tópicos Especiais II | 4 | 60 | Pub. Obrigatória |

5.2 SEMESTRALIZAÇÃO:

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010

| SEMESTRE | DISCIPLINAS | CH | PRÉ-REQUISITO |
|----------|---|------|-------------------|
| 1º | Filosofia e Ética | 60h | Sem pré-requisito |
| | Teorias da Administração I | 60h | Sem pré-requisito |
| | Introdução à Economia | 60h | Sem pré-requisito |
| | Psicologia Organizacional | 60h | Sem pré-requisito |
| | Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração | 60h | Sem pré-requisito |
| | Seminário Temático I | 60h | Sem pré-requisito |
| | Introdução a EAD | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 420h | - |
| 2º | Ciência Política | 60h | Sem pré-requisito |
| | Teorias da Administração II | 60h | Sem pré-requisito |
| | Macroeconomia | 60h | Sem pré-requisito |
| | Contabilidade Geral | 60h | Sem pré-requisito |
| | Matemática para Administradores | 60h | Sem pré-requisito |
| | Seminário Temático II | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 360h | - |
| 3º | Teorias da Administração Pública | 60h | Sem pré-requisito |
| | Sociologia Organizacional | 60h | Sem pré-requisito |
| | Economia Brasileira | 60h | Sem pré-requisito |
| | Contabilidade Pública | 60h | Sem pré-requisito |
| | Instituições de Direito Público e Privado | 60h | Sem pré-requisito |
| | Seminário Temático III | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 360h | - |
| 4º | Teorias das Finanças Públicas | 60h | Sem pré-requisito |
| | Organização, Processos e Tomada de Decisão | 60h | Sem pré-requisito |
| | Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público | 60h | Sem pré-requisito |
| | Estatística Aplicada à Administração | 60h | Sem pré-requisito |
| | Direito Administrativo | 60h | Sem pré-requisito |
| | Seminário Temático IV | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 360h | Sem pré-requisito |
| 5º | Planejamento e Programação na Administração Pública | 60h | Sem pré-requisito |
| | Gestão de Pessoas no Setor Público | 60h | Sem pré-requisito |
| | Gestão de Operações e Logística I | 60h | Sem pré-requisito |
| | Matemática Financeira e Análise de Investimento | 60h | Sem pré-requisito |
| | Legislação Tributária e Comercial | 60h | Sem pré-requisito |
| | Seminário Temático V | 60h | Sem pré-requisito |
| | Libras | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 420h | - |

| SEMESTRE | DISCIPLINAS | CH | PRÉ-REQUISITO |
|----------|-------------------------------------|--------|-------------------|
| 6º | Orçamento Público | 60h | Sem pré-requisito |
| | Administração Estratégica | 60h | Sem pré-requisito |
| | Gestão de Operações e Logística II | 60h | Sem pré-requisito |
| | Elaboração e Gestão de Projetos | 60h | Sem pré-requisito |
| | Redação Oficial | 60h | Sem pré-requisito |
| | Seminário Temático VI | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 360h | - |
| 7º | Auditoria e Controladoria | 60h | Sem pré-requisito |
| | Negociação e Arbitragem | 60h | Sem pré-requisito |
| | Tecnologia e Inovação | 60h | Sem pré-requisito |
| | Tópicos Especiais I | 60h | Sem pré-requisito |
| | Atividades Complementares I | 60h | Sem pré-requisito |
| | Seminário Temático VII | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 360h | - |
| 8º | Políticas Públicas e Sociedade | 60h | Sem pré-requisito |
| | Gestão Ambiental e Sustentabilidade | 60h | Sem pré-requisito |
| | Relações Internacionais | 60h | Sem pré-requisito |
| | Tópicos Especiais II | 60h | Sem pré-requisito |
| | Atividades Complementares II | 60h | Sem pré-requisito |
| | Gestão da Regulação | 60h | Sem pré-requisito |
| | SUBTOTAL | 360h | - |
| | ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 120h | |
| | COMPLEMENTARES OPTATIVAS | 120h | |
| | TOTAL GERAL | 3.000h | |

5.3 LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS

Todas as disciplinas serão lotadas na CED/RTR.

5.4 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

INTRODUÇÃO A EAD : História e conceitos de Educação a Distância. As TICs –Tecnologias de Informação e Comunicação – e a Educação a Distância. Política Educacional para a Educação a Distância. Estruturas organizacionais de Educação a Distância. Formas de linguagens, comunicação e estratégias de Educação a Distância. Os atores e trabalhadores da Educação a Distância. **Bibliografia Básica**: BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas: Editores Associados, 2009. PETERS, O. A educação a distância em transição: tendências e desafios. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009. PIMENTEL, N. M. Educação a Distância. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006. **Bibliografia Complementar**: ALVES, G. L. O trabalho didático na escola moderna. Campinas: Editores Associados, 2005. ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boi Tempo, 2006. BACON, F. Novun Organun ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza. São Paulo: Nova Cultural, 1999. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso: 20 de Jan. 2010. BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Aberta e a Distância. Referências de qualidade para a Educação Superior a Distância. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refeadI.pdf>>. Acesso em: 12 de jul. 2010. BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. FRIGOTTO, G. A produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984. HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2008. LANCILLOTTI, S. A constituição histórica do processo de trabalho docente. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. LITTO, M. F. & FORMIGA, M. M. Educação a Distância: o estado da Arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MALANCHEN, J. As políticas de formação inicial a distância de professores no Brasil: democratização ou mistificação? Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2007. MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. MORAN, J. M. Comunicar-se para conhecer. 2000. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/comunicar.htm>> Acesso em: 15/02/2009. MOORE, M. & KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integradora. São Paulo: Cengage Learning, 2008. PETERS, O. Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006. PRESTI, O. A “autonomia” do estudante na educação a distância: entre concepções, desejos normatizações e práticas. In: PRESTI, O (Org.) Educação a Distância: entre discursos e práticas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007. WARSCHAUER, M. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA : Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico. **Bibliografia Básica**: HAYES, R. H. et al. Produção, estratégia e tecnologia: em busca da vantagem competitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008. JOHNSON, Guerry; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. Explorando a estratégia corporativa. Porto Alegre: Bookman, 2007. THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000. **Bibliografia Complementar**: HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização. São Paulo: Thompson, 2008. MATUS, C. Política, planejamento e governo. Brasília: Editora IPEA, 1993.

ANÁLISE E PROSPECÇÃO DE PROBLEMAS NACIONAIS : Problemas Nacionais contemporâneos: métodos de identificação, caracterização, análise e prospecção. Políticas públicas para abordagem dos Problemas Nacionais: interdependência e interfaces entre Poderes e níveis de governo. Temas em destaque: desigualdades sociais e pobreza; a questão ambiental e da Amazônia e seu caráter estratégico; a Reforma Sanitária, o Sistema Único de Saúde e dilemas na sua implementação; Educação para a Cidadania: acessibilidade e qualidade. **Bibliografia Básica**: SANCHES Ross, Jurandy. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP 2005. VIANA, Ana Luiza, ELIAS, P. Eduardo, IBAÑEZ, Nelson (Orgs.). Proteção Social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005. **Bibliografia Complementar**: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes (Orgs.) Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo: Edusp, 2009. BEHRING, Elaine B.; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora. 2008. CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; GARCIA, Ronaldo (Eds.). Brasil: o estado de uma nação. IPEA: Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_estado-nacao2007.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009. JACCOUD, Luciana (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. LIMA, Nísis Trindade et al (Org.). Saúde e Democracia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUSA, Nali de Jesus de. Evolução da Educação no Brasil. Rev. Anal. Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago-dez, p. 339-358. 2005. Disponível em: <http://www.nalijsozua.web.br.com/educacao_brasil.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009. ROCHA, Sonia.

Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000. SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. 5. ed. Editora Autores Associados, 1998. SENA, Paulo. A legislação do Fundeb. Cadernos de Pesquisa, vol.38 n.134 São Paulo may/aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 9 abr. 2009. SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILÉ Eveline (Orgs.). Conselhos participativos e escola. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004. SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: FGV, 2007. SICSÚ, João (Org.). Arrecadação – de onde vem? E Gastos Públicos – para onde vão? São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. VIANNA, Maria Lúcia Werneck. A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1998.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES I : As Atividades Complementares, como componentes curriculares enriquecedores, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualizada e atualização, devem possibilitar ao aluno vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais. As atividades complementares contemplam a formação extra-classe do aluno.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES II : As Atividades Complementares, como componentes curriculares enriquecedores, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualizada e atualização, devem possibilitar ao aluno vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais. As atividades complementares contemplam a formação extra-classe do aluno.

AUDITORIA E CONTROLADORIA : Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria. **Bibliografia Básica**: CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009. **Bibliografia Complementar**: MACHADO, Marcus Vinicius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2003. CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006. SLOMSKY, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005. SANTOS, Gerson dos. Manual de administração patrimonial. Florianópolis: Papa-livro, 2003. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CIÊNCIA POLÍTICA : O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de

interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégicas, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade. Política, participação e informação. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para a Administração e relacionando-os com a realidade política brasileira atual. **Bibliografia Básica**: BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do Jogo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986. DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 2004. MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. Ciência política. Brasília: Vestcon, 2001. **Bibliografia Complementar**: GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. LEO MAAR, Wolfgang. O que é política. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia. São Paulo: Ática, 1995. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.

CONTABILIDADE GERAL : Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis. **Bibliografia Básica**: FERRARI, Ed Luiz. Contabilidade Geral. Niterói (RJ): Impetus, 2010. IUDICIBUS, Sérgio et al. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008. SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2008. **Bibliografia Complementar**: COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

CONTABILIDADE PÚBLICA : Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF. **Bibliografia Básica**: MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: autor-editor, 2009. PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública: uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006. **Bibliografia Complementar**: ANGELICO, João. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 1994. CRUZ, Flavio da et al. Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. São Paulo, Atlas: 2008. GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo, Atlas, 2007. KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006. MACHADO Jr., J. Teixeira. A Lei 4.320 comentada. Rio de Janeiro: IBAM, 1998. SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 2004. SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2003.

DIREITO ADMINISTRATIVO : Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública. Bibliografia Básica: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2009. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009. Bibliografia Complementar: ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999. CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1994. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ECONOMIA BRASILEIRA : Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais. Bibliografia Básica: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Economia brasileira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. Bibliografia Complementar: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 1997. WERNER, Baer. A economia brasileira. São Paulo: Nobel, 2002.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS : Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos. Bibliografia Básica: CLEMENTE, Ademir (Org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2002. MA-

XIMIANO, Antônio Cesar A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Bibliografia Complementar: CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. Gerenciamento de projetos na prática (casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006. CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. São Paulo: Thomson, 2007. CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. PMI. PMI-BOK – Book of Knowledge. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL : Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico. Bibliografia Básica: GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença. São Paulo: Fundamento, 2004. REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. Bibliografia Complementar: ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002. BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006. HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005. MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000. SOLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO : Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses. Teorias dos Jogos. Jogos Organizacionais. Bibliografia Básica: BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada a gestão empresarial. São Paulo. Editora Atlas, 2007. MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. Bibliografia Complementar: BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. São Paulo: Editora Atual, 2002. COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. Estatística. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. Estatística: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português). Rio de Janeiro: LTC editora, 2000. PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA, Silvério M. A. Introdução computacional à probabilidade e estatística. Porto Editora, 2004.

ESTUDO DE LIBRAS : Introdução à LIBRAS. Desenvolvimento cognitivo e lingüístico e aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação.

Bibliografia Básica: FELIPE, T. A. Libras em contexto. Brasília: MEC; SEESP, 2001. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. **Bibliografia Complementar:** BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: abr. 2006. BUENO, J. G. S. Surdez, linguagem e cultura. Cadernos CEDES, Campinas, nº 46, p. 41-56, 1998. FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto. Curso básico de LIBRAS. Brasília: MEC: SEESP, 1997.

FILOSOFIA E ÉTICA : Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política. **Bibliografia Básica:** CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995. (NB: Esta obra, além de ser boa em si, está disponível integralmente em sites da Internet). HADOT, Pierre. O que é filosofia antiga? São Paulo: Loyola, 1999. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. **Bibliografia Complementar:** APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Vozes, 1994. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2002. VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE : A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental. **Bibliografia Básica:** MENE-GAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITTE, David. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. Gestão Socioambiental Estratégica. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008. **Bibliografia Complementar:** BIDERMAN, Rachel et al. Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf. Acesso em: 12 mar. 2009. BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Gramond, 2002. CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papyrus, 2003. HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial. São Paulo: Cultrix, 1999. QUINTAS, José Silva. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO : Considerações sobre o setor público. Qualidade: conceitos e princípios. Planejamento e controle da qualidade. Ferramentas.

Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade. **Bibliografia Básica:** CAMPOS, Vicente Falconi. Gerência da qualidade total. Rio de Janeiro: Bloch, 1990. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2000. **Bibliografia Complementar:** CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, 1994. CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002. DEMING, W. Edwards. Qualidade: a revolução da administração. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990. DEMING, William. Edwards. Saia da crise: as 14 lições definitivas para controle de qualidade. São Paulo: Futura, 2003. JURAN, Joseph M.; GRYNA, Frank M. Controle da qualidade. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1991. JURAN, Joseph M.; GRYNA, Frank M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1992. LOVELOCK Christopher; WRIGHT Lauren. Serviços: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2006. SCHMENNER, Roger W. Administração de operações em serviços. São Paulo: Futura, 1999.

GESTÃO DA REGULAÇÃO : Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais). **Bibliografia Básica:** PINDICK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. MOLL, Luiza Helena. Agências de regulação do mercado. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. **Bibliografia Complementar:** ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: crítica aos anteprojetos de lei. Porto Alegre: ABAR, 2004. CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro. Porto Alegre: Fabris, 2000. SALGADO, Lucia H. A economia política da ação antitruste. São Paulo: Singular, 1997. PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos. **Bibliografia Básica:** AFFONSO, R. B. A. A ruptura do padrão de financiamento do setor público e a crise do planejamento do Brasil dos anos 80. Planejamento e Políticas Públicas. (Brasília) n.4, dez 1990. DRAIBE, S. M. e outros. Brasil 1985: Relatório sobre a situação social do país. Campinas: UNICAMP, 1986. V. I e II. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: www.enap.gov.br. Acesso em: 9 abr. 2009. **Bibliografia Complementar:** DAGNINO, Eveline. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I : Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio. **Bibliografia Básica:** BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 2003. BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006. **Bibliografia Complementar:** FRANCISCHINI,

Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de Materiais e do Patrimônio. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004. KEEDI, Samir. Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga. São Paulo: Aduaneiras, 2006. MARTINS, Petrónio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2003. POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007. VIANA, João, J. Administração de Materiais: um enfoque prático, São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II : Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço. Bibliografia Básica: ARNOLD Jr., Tony. Administração de materiais: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999. FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços. Porto Alegre: Bookman, 1998. JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahan. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002. Bibliografia Complementar: BALLOU, Ronald. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Porto Alegre: Bookman, 2001. BALLOU, Ronaldo H. Logística Empresarial. São Paulo: Ed. Atlas, 1993. SLACK, Nigel et al. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 2002.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO : Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Bibliografia Básica: LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007. Bibliografia Complementar: ARAÚJO, Luís Cesar G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006. BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008. SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990. ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA : Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e Suple- tividade nas redes híbridas. Bibliografia Básica: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) Arranjos

produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). Governar em rede: o novo formato do setor público. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Esta é uma publicação da ENAP). Bibliografia Complementar: CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração. Curitiba: Juruá, 2008. CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. FLEURY, Sonia; OUVENERY, Assis M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde, Rio de Janeiro: FGV, 2007. NETO, João Amato. Redes Entre Organizações. São Paulo: Atlas, 2001. SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global Editora, 2004.

INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES : Tecnologia da informação. Navegando a internet. Editando textos com o BrOffice Writer. Planilha eletrônica com BrOffice Calc. Apresentação com BrOffice Impress. Banco de Dados com BrOffice Base. Introdução a EAD. Bibliografia Básica: CAUTELA, Alciney L.; POLLONI, Enrico G. F. Sistemas de informação na administração. São Paulo: Atlas, 1986. CAVELLUCCI, Celso. Automação de escritórios. Campinas: Cartograf, 1986. ALMEIDA, Mário de Souza; SCHENINI, Pedro Carlos. Informática para administradores. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Bibliografia Complementar: MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de Informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 1986. VALDEMARI, Alexandre Roberto et. Al. Informática Básica. Blumenau: Asselva, 2002.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO : Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Bibliografia Básica: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2009. Bibliografia Complementar: BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Malheiros, 2009. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2009. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA : Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do

consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos. Bibliografia Básica: DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia (Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Manual de introdução à economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004. Bibliografia Complementar: GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2007. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2003. SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMERCIAL : Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial/Comercial. Obrigações profissionais do Empresário/Comerciante. Sociedades Empresariais/ Comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial. Envolve conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal. Bibliografia Básica: RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial. 2. ed. São Paulo: Jus Podium, 2008. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Bibliografia Complementar: BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. Vol. 2, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. RESTIFFE, Paulo Sérgio. Manual do novo direito comercial. São Paulo: Dialética, 2006.

LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS : Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle. Bibliografia Básica: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo, Atlas, 2009. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. Bibliografia Complementar: CRUZ, Flávio da (Coord). Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. Atualização

de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

MACROECONOMIA : Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação. Bibliografia Básica: BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Bibliografia Complementar: BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006. CARVALHO, José L. et al. Fundamentos de economia: Macroeconomia. v. 1, São Paulo: Cengage Learning, 2008. DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 1999. KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MATEMÁTICA BÁSICA : Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão, Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau. Aplicações. Bibliografia Básica: LEITHOLD, Louis. Matemática Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1988. BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. Novo Bezerra: Matemática (2º Grau). Volume Único. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996. GUERRA, Fernando; TANEJA, Inder Jeet. Matemática Básica. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Bibliografia Complementar: WEBER, Jean E. Matemática para Economia e Administração. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986. ALENCAR FILHO Edgar de. Teoria Elementar dos conjuntos. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1974.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO : Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade. Bibliografia Básica: ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2008. MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2009. Bibliografia Complementar: ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. Curso de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2008. FARIA, Rogério Gomes. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Ática, 2007. FARO, Clóvis F. Fundamentos de matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2006. PUCCINI, Abelardo Lima. Matemática financeira objetiva e aplicada. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES : Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos. Pesquisa Operacional e Tomada de Decisão. Bibliografia Básica: BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999. SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela.

Matemática básica para decisões administrativas. São Paulo: Atlas, 2007. WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. Cálculo e suas múltiplas aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982. Bibliografia Complementar: ANTON, Howard. Cálculo: um novo horizonte. 6ª edição. Vol. 1. Ed. Bookman, 2000. LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. Cálculo com aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO : Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos. Bibliografia Básica: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007. Bibliografia Complementar: CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. LUCKESI, Carlos et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986. MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM : Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral. Bibliografia Básica: CARMONA, Carlos A. Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2004. MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica. São Paulo: Saraiva, 2006. Bibliografia Complementar: BURBRIDGE, R. Marc et al. Gestão de negociação. São Paulo: Saraiva, 2005. CARVALHAL, Eugênio do et al. Negociação e administração de conflitos. Rio de Janeiro: FGV, 2006. FALJONE, Ademar. Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização. São Paulo: Makron Books, 1998. HIRATA, Renato H. Estilos de negociação. São Paulo: Saraiva, 2007. MAGRO, Máira; BAETA, Zínia. Guia valor econômico de arbitragem. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

ORÇAMENTO PÚBLICO : Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Bibliografia Básica: ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008. GIACOMONI, James. Orçamento público. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002. Bibliografia Complementar: CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>. FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados. Salvador, 2003. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf>. GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009. SOUZA, Alexandre B. Planejamento Governamental no Brasil. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO : Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão. Bibliografia Básica: D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: Atlas, 2001. GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002. Bibliografia Complementar: ARAÚJO. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005. ARAÚJO. Organização, sistemas e métodos. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006. MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997. RAMOS, Guerreiro Alberto. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. SIMON, Herbert Alexander. Comportamento administrativo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e

estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA. Bibliografia Básica: IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 1997. Bibliografia Complementar: CARVALHO, Horácio M. Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Brasiliense, 1976. HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996. LAFER, Betty M. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970. MATUS, Carlos. Estratégias políticas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE : Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática. Bibliografia Básica: AFFONSO, R. B. A. A ruptura do padrão de financiamento do setor público e a crise do planejamento do Brasil dos anos 80. Planejamento e Políticas Públicas. (Brasília) n.4, dez 1990. DRAIBE, S. M. e outros. Brasil 1985: Relatório sobre a situação social do país. Campinas: UNICAMP, 1986. V. I e II. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <www.enap.gov.br>. Acesso em: 9 abr. 2009. Bibliografia Complementar: DAGNINO, Eveline. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL : Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança. Bibliografia Básica: BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas, 1997. CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996. ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004. Bibliografia Complementar: BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicologia aplicada à administração de empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982. LANE, Silvia; CODO, Wanderley. Psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1986. SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

REDAÇÃO OFICIAL : Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais. Bibliografia Básica: BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Bibliografia Complementar: BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995. FLORES, Lúcia Locatelli. Redação oficial. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. GOLD, Mirian. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS : Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo. Bibliografia Básica: RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2009. SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Bibliografia Complementar: PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Saete (orgs.). Terrorismos. São Paulo: Educ, 2006. RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 2002. ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009. VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). Dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Unesp/Educ, 2004. VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações exteriores do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I : Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II : Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III : Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

SEMINÁRIO TEMÁTICO IV : Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

SEMINÁRIO TEMÁTICO V : Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

SEMINÁRIO TEMÁTICO VI : Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

SEMINÁRIO TEMÁTICO VII : Estudos interdisciplinares sobre administração, contemplando os aspectos antropológicos, sociais, políticos e ideológicos que determinam a dinâmica e a estrutura organizacional do setor público. Bibliografia será definida pelo Colegiado do Curso de Administração Pública.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO : Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas. Bibliografia Básica: LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Gerenciamento de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999. STAIR, Ralph M. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998. Bibliografia Complementar: BOAR, Bernard. Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002. CASSARRO, Antonio Carlos. Sistema de informações para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 1999. LAURINDO, Fernando. Tecnologia da informação: eficácia das organizações. São Paulo: Futura, 2003. O'BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL : A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças. Bibliografia Básica: BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. São Paulo: Saraiva, 2001. DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. São Paulo: Atlas, 2008. Bibliografia Complementar: CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992. HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999. LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. Repensando as organizações. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004. STONER, James A. F. Administração. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO : História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecno-

lógica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco. Bibliografia Básica: CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008. TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. Bibliografia Complementar: BRUNO, Lúcia (Org.) Organização, trabalho e tecnologia. São Paulo: Atlas, 1986. LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. TARAPANOFF, Kira (Org.) Inteligência organizacional e competitiva. Brasília: Editora UNB, 2001. WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS : Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal. Bibliografia Básica: GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005. REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. Bibliografia Complementar: MUSGRAVE, Richard A. Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental. São Paulo: Atlas, 1976, 383 p RIANI, Flávio. Economia do Setor Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I : Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências. Bibliografia Básica: BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo: McGraw-Hill, 2007. MAXIMIANO, Antônio Cesar A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006. SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da administração. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005. Bibliografia Complementar: CARAVANTES, Geraldo R. et al. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. FARIA, José C. Administração: introdução ao estudo. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II : Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional. Bibliografia Básica: MARTINS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da

experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. Bibliografia Complementar: MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005. SALDANHA, Clezio. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006. SILVA, Arídio et al. Sistemas de informação na administração pública. Rio de Janeiro: Revan, 2004. WREN, Daniel A. Idéias de administração: o pensamento clássico. São Paulo: Ática, 2007. WREN, Daniel A. Idéias de administração: o pensamento moderno. São Paulo: Ática, 2007.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. Accountability e Responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Bibliografia Básica: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do estado e da administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Bibliografia Complementar: BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: reestruturação do estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003. JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. Revista Gestão & Produção, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009. MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008. MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O que é burocracia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TÓPICOS ESPECIAIS I:

Escolher uma entre as cinco disciplinas que foram sugeridas no item Tópicos Especiais.

TÓPICOS ESPECIAIS II – 60 HORAS – 4 CRÉDITOS

Escolher uma entre as cinco disciplinas que foram sugeridas no item Tópicos Especiais.

5.6 POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO:

A política de implementação do novo currículo será de forma gradual, através de vestibular.

6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

6.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capaci-

dade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e auto-estima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pela resolução nº 30/2008 do Conselho de Ensino de Graduação da UFMS.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

6.2 SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO:

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14.04.2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compôs a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que está se organizando e elaborando instru-

mentais, a fim de orientar aos Coordenadores de Cursos sobre a auto-avaliação dos cursos. A referida comissão é composta por docentes, técnico-administrativos e discentes, havendo para cada titular um suplente. A CPA/UFMS disponibilizou um link no endereço eletrônico da UFMS (www.ufms.br) para acesso de documentos e relatórios. A metodologia adotada pela CPA/UFMS foi encaminhada à Conaes/MEC, constituída de etapas e análise das dimensões fixadas pela Lei nº 10.861/2004. Foi fixado um cronograma para as ações referentes às coordenações de cursos de graduação, que a CPA/UFMS está coordenando, para a consecução da auto-avaliação prevista pelo SINAES, a avaliação discente do curso e das disciplinas cursadas no ano anterior, a ser realizada de forma eletrônica em razão da informatização do instrumento de avaliação fixado pela Resolução nº 167, Caen, de 04.10.2000. O formulário encontra-se disponível no endereço da CPA/UFMS (www.ledes.net/siai), conforme informa a CI nº 3, de 21.11.2005, do Presidente da CPA/UFMS para as coordenações dos cursos de graduação. Em paralelo, serão realizadas reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando analisar eventuais problemas e indicar soluções. No que se refere especificamente a avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

6.3 PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO:

Além da avaliação discente do curso e das disciplinas cursadas no ano anterior pela coordenação, a CPA/UFMS está promovendo a avaliação constituída dos seguintes itens:

- a descrição quantitativa de todos os dados referentes ao curso (estudantes, matrículas, dependências, rendimento, desistências, etc.);

- a avaliação dos impactos sociais do curso;
- a avaliação das atividades dos docentes que atuam no curso;
- a avaliação do suporte administrativo às atividades do curso.

A coordenação do curso para melhor aprimorar este processo de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico vai centrar suas atenções nas seguintes avaliações:

- avaliação do material didático
- avaliação da infraestrutura dos pólos
- avaliação dos tutores presenciais e a distância
- avaliação do Ambiente Virtual de Aprendizagem
- avaliação dos coordenadores de pólo

7 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

7.1 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O Projeto Político Pedagógico do Curso bacharelado em Administração Pública não prevê a realização de estágio obrigatório, sendo este substituído pela realização de Seminários Temáticos e apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso.

7.1.2 ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

O estágio não-obrigatório: é aquele de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos e práticos do acadêmico e pode ser considerado como Atividade Complementar.

7.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI,

VII e VIII, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico.

No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos.

A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

7.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualização e atualização, que devem possibilitar ao aluno vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso. As atividades complementares contemplam a formação extraclasse do aluno.

Compreende-se como atividade complementar toda e qualquer atividade não prevista entre as atividades e disciplinas, obrigatórias e eletivas, do currículo pleno do curso de graduação que seja considerada útil pela instituição de ensino para a formação do corpo discente, independentemente de ser a atividade oferecida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ou por qualquer outra instituição, pública ou privada, ou por pessoa física. O Regulamento das Atividades Complementares do curso de Administração Pública encontra-se em anexo neste projeto.

7.4 PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO:

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo avaliar internamente a Instituição UFMS.

Essa comissão visa atender à necessidade da reestruturação do sistema de avaliação do ensino superior nacional, dentro das novas diretrizes do atual Governo, o qual extinguiu o Exame Nacional de Cursos (Provão), e implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é composto por três pilares:

- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);
- Avaliação externa, que será executada por uma comissão indicada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC);
- Auto-avaliação institucional, realizada por uma comissão nomeada pela Instituição de Ensino, denominada Comissão Própria de Avaliação.

Os objetivos do Sinaes são a melhoria da qualidade na educação superior e a orientação da expansão, respeitando a diversidade, a autonomia e a identidade das instituições. De acordo com a Portaria nº 2.051 de 09/07/04, as avaliações serão realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do MEC.

A auto-avaliação é uma etapa do processo de avaliação, que será complementada pela avaliação externa in loco. Ela será realizada pela CPA, que terá autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O processo de auto-avaliação é de responsabilidade de cada instituição, que buscará obter a mais ampla e efetiva participação da comunidade interna nas discussões e estudos, e da comunidade externa através de representantes dos setores sociais.

A avaliação é permanente, mas se realizará por ciclos, ou seja, apresentará periodicamente seus resultados. O período es-

tabelecido para cada ciclo é de três anos. Entretanto, anualmente as Instituições de Ensino Superior (IES) tornarão públicas as informações relativas a alguns aspectos do desenvolvimento de seu processo. Dessas ações resultará um conjunto estruturado de informações que permitirá uma imagem global dos processos sociais, pedagógicos e científicos da instituição e, sobretudo, identificando as causas dos problemas, as possibilidades e as potencialidades para melhorar e fortalecer a instituição. A ênfase será dada aos processos de ensino, pesquisa e extensão, sempre que possível de forma integrada, mas tendo em vista a concepção de formação e de responsabilidade social nos termos definidos pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Também serão avaliadas a gestão e a infra-estrutura da instituição.

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14.04.2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes (Enade), a UFMS designou uma equipe que compôs a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que está se organizando e elaborando instrumentais, a fim de orientar aos Coordenadores de Cursos sobre a auto-avaliação dos cursos. A referida comissão é composta por docentes, técnicos administrativos e discentes, sendo para cada titular um suplente.

A CPA/UFMS disponibilizou um link no endereço eletrônico da UFMS (www.ufms.br) para acesso de documentos e relatórios. A metodologia adotada pela CPA/UFMS foi encaminhada à Conaes/MEC, constituída de etapas e análise das dimensões fixadas pela Lei nº 10.861/2004.

Foi fixado um cronograma para as ações referentes às coordenações de cursos de graduação, que a CPA/UFMS está coordenando, para a consecução da auto-avaliação prevista pelo Sinaes, a avaliação discente do curso e das disciplinas cursadas no ano anterior, a ser realizada de forma eletrônica em razão da informatização do instrumento de avaliação fixado pela Resolução nº 167, Caen, de 04.10.2000. O formulário encontra-se disponível no endereço da CPA/UFMS (www.ledes.net/siai), conforme informa a CI nº 3, de 21.11.2005, do Presidente da CPA/UFMS para a coordenação de curso.

Além disso, a coordenação do Curso realizará reuniões periódicas com o corpo docente e discente, visando analisar eventuais problemas e indicar soluções. No que se refere especificamente a avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

7.5 PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS:

O corpo discente do Curso de Administração Pública participará de atividades de monitoria de ensino de graduação, atividades de extensão e atividades extracurriculares. A divulgação dessas atividades será feita através da afixação de avisos no ambiente virtual, assim como por envio de mensagens a lista de e-mails pessoalmente nas salas de aula pelos tutores presenciais. O incentivo à participação dos discentes é feito de acordo com a atividade a ser realizada.

8 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

Em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático, deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público alvo.

Cabe observar que somente a experiência com cursos presenciais não é suficiente para assegurar a qualidade da produção de materiais adequados para a educação a distância. A produção de material impresso, vídeos, programas televisivos e radiofônicos, videoconferências, CD-Rom, páginas WEB, objetos de aprendizagem e outros, para uso a distância, atende a diferentes lógicas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo. Para atingir estes objetivos, é necessário que os docentes responsáveis pela produção dos conteúdos trabalhem integrados a uma equipe multidisciplinar, contendo profissionais especialistas em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de páginas *web*, entre outros.

Além disso, é recomendável que as instituições elaborem seus materiais para uso a distância, buscando integrar as diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de videoconferências e teleconferências, dentre outros, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os múltiplos atores.

É importante que a proposta de material didático para cursos superiores a distância inclua um Guia Geral do Curso - impresso e/ou em formato digital, que:

- oriente o estudante quanto às características da educação a distância e quanto aos direitos, deveres e normas de estudo a serem adotadas, durante o curso;

- contenha informações gerais sobre o curso (grade curricular, ementas, etc.);

- Informe, de maneira clara e precisa, que materiais serão colocados à disposição do estudante (livros-texto, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, CD Rom, Web-sites, vídeos, ou seja, um conjunto - impresso e/ou disponível na rede - que se articula com outras tecnologias de comunicação e informação para garantir flexibilidade e diversidade);

- defina as formas de interação com professores, tutores e colegas;

- apresente o sistema de acompanhamento, avaliação e todas as demais orientações que darão segurança durante o processo educacional.

Relativo ao conteúdo de cada material educacional, é importante que seja colocado a disposição dos estudantes um Guia - impresso e/ou digital -, que:

- oriente o estudante quanto às características do processo de ensino e aprendizagem particulares de cada conteúdo;

- informe ao estudante a equipe de docentes responsável pela gestão do processo de ensino;

- informe ao estudante a equipe de tutores e os horários de atendimento;

- apresente cronograma (data, horário, local - quando for o caso) para o sistema de acompanhamento e avaliação.

Especial atenção deve ser devotada à construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplinas, módulos, áreas, temas, projetos. Outro aspecto relevante é a garantia de que o material didático propicie interação entre os diferentes sujeitos envolvidos no projeto. Para atender a estas orientações, o material didático deve:

- com especial atenção, cobrir de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes pedagógicas, segundo documentação do MEC, para cada área do conhecimento, com atualização permanente;

- ser estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do estudante desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;

- prever, como já adiantado antes em outro ponto deste documento, um módulo introdutório - obrigatório ou facultativo - que leve ao domínio de conhecimentos e habilidades básicos, referentes à tecnologia utilizada e também forneça para o estudante uma visão geral da metodologia em educação a distância a ser utilizada no curso, tendo em vista ajudar seu planejamento inicial de estudos e em favor da construção de sua autonomia;

- detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o estudante deverá alcançar ao fim de cada unidade, módulo, disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de auto-avaliação;

- dispor de esquemas alternativos para atendimento de estudantes com deficiência;

- indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem.

Enfim, o projeto pedagógico do curso deve especificar claramente a configuração do material didático que será utilizado. Em particular, deve especificar a equipe multidisciplinar responsável por esta tarefa: os professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (por exemplo, *webdesigners*, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc).

Deve especificar, também, a parcela deste material que estará produzida e pré-testada pela equipe multidisciplinar institucional antes do início do curso.

9 PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Além de mobilizar recursos humanos e educacionais, o curso disponibiliza infra-estrutura material proporcional ao número de estudantes, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançada, o que representa um significativo investimento para a instituição.

A infra-estrutura material refere-se aos equipamentos de televisão, videocassetes, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para Internet, fax, equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, computadores ligados em rede.

A infra-estrutura física das instituições que oferecem cursos a distância está disponível na sede da instituição (em sua Secretaria) e nos pólos de apoio presencial.

O laboratório de informática, que pode ser composto de mais de uma unidade, desempenha papel primordial nos cursos a distância, e está equipado de forma que permita, com auxílio de um ambiente virtual de aprendizagem projetado para o curso, a interação do estudante com outros estudantes, docentes, coordenador de curso e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo do curso. Além de *locus* para a realização de tutorias presenciais, o laboratório deve ser de livre acesso, para permitir que os estudantes possam consultar a Internet, realizar trabalhos, enfim ser um espaço de promoção de inclusão digital.

Portanto, para que isso ocorra, é necessária compatibilidade entre a quantidade de equipamentos e o número de estudantes atendidos.

Um laboratório de informática no pólo de apoio presencial possuirá recursos de multimídia e computadores modernos, com leitoras de DVD e/ou CD, ligados em rede com acesso a Internet banda larga.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Projeto Político Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das diretrizes estabelecidas pelo Programa de Formação em Administração Pública (PNAP) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

No que concerne a satisfação das necessidades das organizações públicas contemporâneas, o Curso de Bacharelado em Administração Pública busca a formação de gestores nas esferas regional, nacional e internacional, oportunizando uma formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos técnico-científico, ético-humanístico e político-social.

O curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20.12.1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso: nov. de 2010.

_____. Lei n. 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso: nov. de 2010.

_____. Decreto n. 5626, de 24.04.2002, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso: nov. de 2010.

_____. Parecer nº 307/1966, 8 de julho de 1966. Fixa o currículo mínimo do curso que habilita para essa profissão. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/html/c_gestor/Par307_66.pdf>. Acesso: nov. de 2010.

_____. Resolução CNE/CES n. 4 de 13.07.2005 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, Bacharelado (DCN).

_____. Resolução CNE/CES n. 2/2007, de 18.06.2007; que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <<http://www.dct.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=356>>. Acesso: nov. de 2010.

_____. Resolução CNE/CES n. 3/2007, de 02.07.2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

UFMS. Resolução COUN n. 31, de 19.08.2003, que dá conhecimento à comunidade universitária do Estatuto da UFMS, aprovado pela Portaria MEC nº 1.686, de 03.07.2003. Disponível em: <<http://www.preg.ufms.br/>>. Acesso: nov. de 2010.

Resolução COUN n. 55*, de 30.08.2004, que aprova o Regimento Geral da UFMS. Disponível em: <<http://www.preg.ufms.br/>>. Acesso: nov. de 2010.

Resolução COEG n. 107/2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos cursos de Graduação da UFMS. Disponível em: <<http://www.preg.ufms.br/>>. Acesso: nov. de 2010.

Resolução COEG n. 30/2008 do conselho de Ensino de Graduação da UFMS. Disponível em: <<http://www.preg.ufms.br/>>. Acesso: nov. de 2010.

12 ANEXOS

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 1º. As Atividades Complementares do curso Bacharelado em Administração Pública modalidade a Distância, são componentes curriculares enriquecedores, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualização e atualização e devem possibilitar ao aluno vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso.

Art. 2º - As Atividades Complementares são obrigatórias para a integralização curricular do curso, com a carga horária mínima de 120 horas inserida na estrutura curricular do respectivo curso.

Art. 3º - As atividades complementares devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, entre o primeiro e oitavo módulo, não podendo prejudicar a frequência e aproveitamento nas atividades do curso.

Art. 4º. As Atividades Complementares serão comprovadas perante o docente responsável, no quarto ano (8º módulo). Os alunos deverão se matricular nessa disciplina nos 7º e 8º módulos. Podem incluir: participação em projetos de pesquisa, monitoria, trabalhos de iniciação científica, participação em projetos de extensão ou de ensino de graduação, seminários, simpósios, congressos, conferências, estudos desenvolvidos em cursos sequenciais ou em cursos de graduação e pós-graduação em Administração ou em áreas correlatas, participação em programas de governo, programas da instituição em relação com a comunidade, conhecimentos e competências adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 5º - O certificado de comprovação de participação em eventos deverá ser expedido em papel timbrado da Instituição ou órgão promotor, com assinatura do responsável e respectiva carga horária do evento.

Art. 6º. O cômputo total das atividades realizadas pelo aluno deverá ser igual ou superior a 120 (cento e vinte) horas.

Art. 7º. Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado do Curso Bacharelado em Administração Pública.

Art. 8º. Este regulamento integra o Projeto Político Pedagógico do curso com parte de seus anexos.

RESOLUÇÃO Nº 91, DE 29 DE ABRIL DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e considerando o contido no Processo nº 23104.008551/2008-14, resolve, ad referendum:

Art. 1º Aprovar o novo Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Licenciatura - Habilitação Português/Espanhol do Câmpus de Três Lagoas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º O referido Curso, em respeito às normas superiores pertinentes a integralização curricular obedecerá aos seguintes indicativos:

I - tempo útil:

- a) tempo útil CNE: 2.800 horas; e
- b) tempo útil UFMS: 2.890 horas.

II - número de anos/semestres:

- a) mínimo CNE: 4 anos;
- b) mínimo UFMS: 8 semestres;
- c) máximo CNE: não definido; e
- d) máximo UFMS: 14 semestres.

III - turno de funcionamento: noite e sábado pela manhã e tarde.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do ano letivo de 2010.

Art. 4º Fica revogada em 2010 a Resolução nº 85, Coeg, de 3 de junho de 2009.

Henrique Mongelli

1 INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS):

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26.07.1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando, assim, a rede pública estadual de ensino superior. Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT).

Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05.07.1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Campus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 01.01.2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29.07.2005.

Além da sede na Cidade Universitária de Campo Grande, em que funcionam oito unidades setoriais: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Direito (Fadir), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez) e Faculdade de Odontologia (Faodo); a UFMS mantém